

A camisa-de-força da ajuda econômica

Dependendo do apoio externo para reconstruir o país, o governo Aristide se vê obrigado a aceitar uma ajuda que muitas vezes não leva em conta os interesses da maioria dos haitianos

Lisa McGowan*

Depois de manter-se firme ao longo de três anos de terror e opressão, o povo do Haiti finalmente obteve o que queria: o retorno do presidente constitucional, Jean Bertrand Aristide, e com ele a esperança de um futuro melhor.

Mas o que, talvez, não conquistem os sofridos haitianos é o direito a ter a última palavra na formulação das estruturas sociais, econômicas e políticas que deverão ser construídas o mais rápido possível e que governarão suas vidas nos próximos anos.

Quem está se encarregando da tarefa de montar essas estruturas é o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional (Usaid). Sem perda de tempo, estas organizações lançaram sua própria "força de invasão", integrada por economistas, especialistas em agricultura, advogados, etc. A missão declarada desse exército de supostos especialistas em desenvolvimento é tornar o Haiti viável economicamente, ajudando o país a aliviar a pobreza já crônica.

Porém, os enfoques dos especialistas do Banco Mundial, FMI e da Usaid parecem não levar em conta as profundas causas da pobreza e instabilidade política no Haiti. Isso pode se deduzir dos planos apresentados pelos doadores internacionais na reunião informal sobre o futuro econômico do Haiti realizada em Paris, no ano passado.

População ignorada – Os últimos três anos de ditadura militar tiveram um preço muito alto para o povo haitiano. Os serviços governamentais, que nunca foram muito eficientes, simplesmente deixaram de funcionar pouco

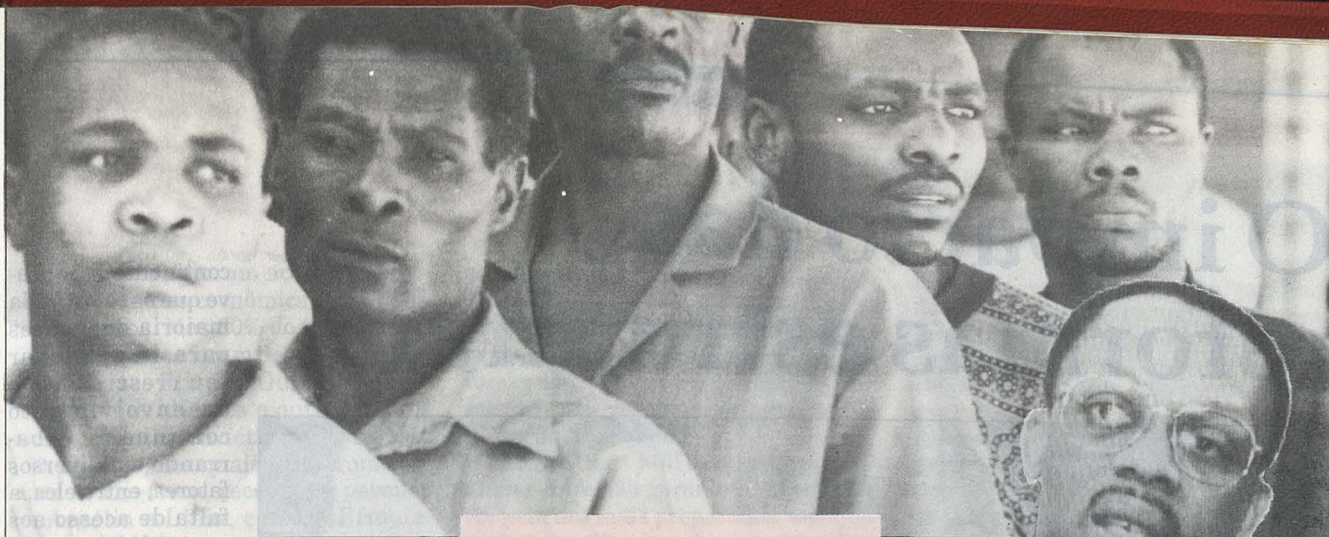
depois do golpe. As estradas e os sistemas de irrigação estão agora em ruínas, os insumos agrícolas são inacessíveis para os pequenos agricultores, a inflação fugiu a qualquer controle e uma soma enorme de fundos públicos foi roubada pelo regime militar e seus "sócios".

Na reunião de Paris, o governo constitucional haitiano manifestou sua intenção de incluir em seus programas e políticas econômicas o apoio às cooperativas rurais e comerciais, aos grupos de mulheres, às associações de camponeses e a outros grupos-chaves da sociedade civil.

Mas a Usaid e o Banco Mundial, apesar de toda sua retórica sobre a importância de estimular



Os créditos externos raramente são canalizados para os camponeses e os trabalhadores do setor informal, que constituem a maioria da população



ao mesmo tempo o desenvolvimento e a democracia, estão reproduzindo o típico procedimento de tomada de decisões de cima para baixo e não apresentaram ainda nenhum plano no qual o povo haitiano possa decidir o que é melhor para o seu país.

O produto desse processo de tomada de decisões de cima para baixo é, como não podia deixar de ser, um pacote de ajuda de 532 milhões de dólares que não leva em conta as necessidades dos pobres.

Dependência alimentar - Um exemplo disso é que, enquanto vários grupos sociais consideram o fortalecimento dos pequenos agricultores uma prioridade total, o governo dos Estados Unidos e as instituições financeiras internacionais estão promovendo a criação de "estruturas macro-econômicas", o que terá efeitos exatamente contrários.

Ao proteger poucos produtos agrícolas, a política de liberalização das importações defendida pelos doadores prejudicará os pequenos produtores e servirá apenas para que os haitianos ricos usem as escassas divisas à disposição para comprar bens de luxo.

Mais ainda: ao que tudo indica, a maior parte da assistência técnica, dos investimentos e dos créditos que oferecem os doadores se concentrará na agricultura de exportação - cujos benefícios irão apenas para a minoria latifundiária - e não em ajudar os camponeses e os trabalhadores do setor informal, que constituem a grande maioria da população.

A Usaid, em vez de proporcionar sementes, ferramentas e créditos que poderiam ajudar a aumentar a produção de alimentos por parte dos camponeses, está aumentando o número de pessoas às quais alimenta gratuitamente a cada dia e que já somam mais de 700 mil pessoas, ou seja, mais de 10% da população.

Esta farta distribuição gratuita de alimentos, em um país de economia agrária, termina prejudicando a atividade dos pequenos produtores rurais e ameaça

Grande parte dos haitianos está desempregada ou ganha salário de fome. Mudar esse quadro será o principal desafio do presidente Aristide (foto ao lado)

gravemente a segurança alimentar dos haitianos a médio e longo prazos.

Salários miseráveis - Outra questão importante é a do miserável nível de salários pagos aos trabalhadores. O salário mínimo no Haiti caiu de três dólares ao dia em meados da década de 80 para o seu atual nível de um dólar diário.

Apesar dessa tremenda queda, os doadores não estimulam nenhum aumento oficial ao salário mínimo. Até o momento, se limitaram a recomendar ao setor privado que ajustasse voluntariamente os salários de forma que estes refletissem os aumentos do custo de vida.

Essa posição dos doadores tem causado muita preocupação, já que o setor privado do Haiti tem sido sempre radicalmente contra a qualquer tentativa de estabelecer um salário mínimo decente.

Por outro lado, devido a diferentes razões, os doadores estrangeiros e o governo haitiano têm muita pressa em refinar a dívida externa e montar novas estruturas legais, financeiras, políticas, sociais e econômicas dentro dos próximos 12 meses.

Pacto com o diabo - O governo de Aristide quer deixar como legados a paz e uma administração que trabalhe a serviço do povo haitiano. Os Estados Unidos e outros países doadores, em compensação, querem instalar no Haiti sistemas que respaldem o setor privado e os investidores estrangeiros.

Isso não é nenhuma novidade, pois em muitos outros países do mundo a co-

munidade internacional também está vestindo a camisa da ajuda ao desenvolvimento só para criar estruturas que sirvam aos interesses estrangeiros e não aos locais.

Os doadores argumentam que a imposição dessas estruturas responde, fundamentalmente, à necessidade de reforçar o controle fiscal. Mas, no caso do Haiti, isso é desnecessário, já que o governo de Aristide está firmemente decidido a sanar a economia, como já demonstrou durante seus sete meses de mandato em 1991.

O fato é que o governo do Haiti foi forçado a fazer um pacto com o diabo. Para obter os recursos financeiros de que necessita urgentemente, foi obrigado a aceitar condições que vão contra os interesses da maioria dos haitianos e serão um obstáculo para a solução justa da crise econômica do país.

Para evitar traumas posteriores e o perigo da desestabilização no Haiti, a comunidade internacional deve parar de impor suas próprias estratégias de desenvolvimento e seus conceitos econômicos. Em vez disso, deveria trabalhar lado a lado com o governo constitucional para criar a curto prazo mecanismos de consulta que permitam ao povo haitiano decidir o seu próprio destino.

* Lisa McGowan é economista e integra em Washington o grupo "The Development GAP". Trabalhou no Haiti durante a década de 80 como assessora de instituições internacionais de ajuda